

# SOBRE A CHINA: COLISÕES INTERPRETATIVAS EM DAVID HARVEY SOBRE O “SOCIALISMO DE MERCADO”

Raimundo Jucier Sousa de Assis<sup>1</sup>

**Resumo:** Estabelecido como um geógrafo marxista que tem estudado as relações entre as crises dos excedentes de capital-trabalho e os processos de ordenamentos espaço-temporais, David Harvey tem demonstrado, nos últimos cinquenta anos, como a acumulação, bem como suas desvalorizações, espacializam-se nas espoliações de terras, nas explorações de desapossados, na privatização-extração de recursos naturais, nos deslocamentos das indústrias, na produção de espaços urbanos, na expansão de infraestruturas físicas e sociais, nos movimentos sociais que resistem à expropriação-exploração da exportação de capital, nas destruições territoriais e nas guerras. Dessa forma, este ensaio busca reconstruir algumas colisões interpretativas que Harvey têm realizado, em textos científicos e em diálogos nas redes sociais, sobre a ascensão da China como espaço novo na geopolítica internacional, a saber: i) desde o seu projeto de abertura para as ações do mercado em seu território, a partir de 1978; ii) até os anos mais recentes, após a recuperação chinesa da crise de 2008 pelos investimentos urbano-infraestruturais, momento em que a China se posiciona como a segunda maior economia do mundo.

**Palavras-chaves:** David Harvey; China; Interpretações; Socialismo de Mercado.

**Abstract:** Established as a Marxist geographer who has studied the relations between the crises of capital surpluses and the processes of spatio-temporal ordering, David Harvey has demonstrated, in the last fifty years, how accumulation, as well as its devaluations, are spatialized in land dispossession, in the exploitation of the dispossessed, in the privatization-extraction of natural resources, in the displacement of industries, in the production of urban spaces, in the expansion of physical and social infrastructures, in social movements that resist the expropriation-exploitation of the export of capital, in wars. Thus, this essay seeks to reconstruct some interpretative collisions that Harvey has made, in scientific texts and in dialogues on social networks, about the rise of China as a new space in international geopolitics, namely: i) since its project of opening up to market actions in its territory, from 1978 onwards; ii) until the most recent years, after the Chinese recovery from the 2008 crisis by urban infrastructure investments, when China is positioned as the second largest economy in the world.

**Keywords:** David Harvey; China; Interpretations; Market Socialism.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Graduação em Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordena o projeto de pesquisa “A expansão geográfica da região produtiva de soja, no sudoeste do Piauí, impulsionada pela geopolítica chinesa (2008 - 2025)”, vinculado ao CNPq, e o Laboratório de Geopolítica da UFPI. E-mail: [raimundojucier@ufpi.edu.br](mailto:raimundojucier@ufpi.edu.br)

## INTRODUÇÃO

Este ensaio objetiva reconstruir algumas colisões interpretativas que o geógrafo David Harvey tem realizado sobre a ascensão da China como espaço novo da geopolítica internacional, desde o seu projeto de abertura, a partir de 1978, até os anos após a recuperação chinesa da crise de 2008 pelos investimentos urbano-infraestruturais, momento em que a China se posiciona como a segunda maior economia do mundo. Por um lado, buscamos remontar os argumentos que Harvey produz sobre as transformações rurais e urbanas, no mundo do trabalho e da restauração do poder de classe na China como parte do que intitula de “neoliberalismo com características chinesas”. Por outro, agrupamos algumas releituras que Harvey elabora sobre a China após a crise do capitalismo de 2008, tratando como a recuperação dos milhões de postos de trabalhos, os projetos de infraestruturas, a ascensão de seus bancos públicos e a disputa da fronteira tecnológica revela a *realidade chinesa muito diferente do resto do mundo*<sup>2</sup>.

Devido a diversidade e a quantidade de fragmentos e de textos escritos por David Harvey, nos apropriamos de dois conjuntos de bibliografias. Para o primeiro momento, chamado “A abertura da China para as forças do mercado mundial após 1978”, foram rastreadas as primeiras passagens que Harvey trata diretamente sobre a China, como o texto *The geography of class power* (1998), os livros *Espaços de esperanças* (2004), *Novo imperialismo* (2011) e *Neoliberalismo* (2008), com ênfase no capítulo “Neoliberalismo com características chinesas”<sup>3</sup>. Para o segundo momento, nomeado “A China após a crise de 2008”, foram trabalhados os livros *Loucura da razão econômica* (2018) e *The anti-capitalist chronicles* (2020), com destaque para o capítulo *The significance of China in the world economy*<sup>4</sup>, e três transcrições dos diálogos sobre a China contemporânea que Harvey (2021) travou no canal *Democracy at Work*.

Afastando-se da leitura da China contemporânea como um projeto de repetição do Japão enquanto plataforma de exportação dependente do consumo e das finanças dos Estados Unidos<sup>5</sup>, ou mesmo, da China como uma nova formação econômica-social totalmente distinta das contradições internas das sociedades baseadas na valorização do valor<sup>6</sup>, as interpretações de Harvey sobre a China colidem. Em uma de suas faces, entende a abertura da China, a partir de 1978, baseada em métodos de expropriação, violência, privatização, proletarianização, expansão e exploração tanto na zona rural como nas cidades; na outra face, após acompanhar a recuperação da China na crise de 2008, reconhece a importância que o domínio de setores estratégicos pelo Partido Comunista Chinês (PCC), como a terra, a manufatura, a construção, as finanças

---

<sup>2</sup> Parte dessa travessia investigativa pode ser encontrado em dois outros ensaios, consultar: i) Assis, Raimundo Jucier Sousa de. A perspectiva da geopolítica do capitalismo para David Harvey. *Conexão Política*. V. 9, n. 1, p. 67 – 88, Teresina, jan./jun. 2020; e ii) Espindola, Giovana Mira de; Assis, Raimundo Jucier Sousa de. *Spatial fix*: como as crises do capitalismo agravam a crise climática. *Revista Equador (UFPI)*, Vol. 12, nº 2, p. 324-341, 2023.

<sup>3</sup> HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

<sup>4</sup> Harvey, David. The significance of China in the World Economy. In *The anti-capitalist chronicles*. Londres: Pluto Press, 2020.

<sup>5</sup> BOTELHO, Maurílio Lima; BARREIRA, Marcos. “Capitalismo asiático” e crise global. *Margem Esquerda*. V. 37, São Paulo, Boitempo, set. 2021, p. 59-69.

<sup>6</sup> JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2021.

e a disputa pela fronteira tecnológica, abre para se efetivar um projeto futuro, ainda que incerto, de “socialismo com características chinesas”.

## A ABERTURA DA CHINA PARA AS FORÇAS DO MERCADO MUNDIAL APÓS 1978

“Em 1978, Deng Xiaoping deu os primeiros passos fundamentais para a liberalização de uma economia gerida por um governo comunista em um país que abrigava 20% da população mundial” (Harvey, 2008, p. 11). É dessa forma que David Harvey abre seu livro *O neoliberalismo*, posicionando Deng ao lado de outros personagens que representavam a transição para a virada neoliberal, entre 1978-1980, como Paul Volcker, presidente do Banco Central dos Estados Unidos (1979), Margareth Thatcher, primeira-ministra da Grã-Bretanha (1979) e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos (1980). Para o autor, a transição neoliberal, marcada pela transferência do bem-estar humano para as “liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizadas por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (Harvey, 2008, p. 12), insere o Estado chinês como um dos epicentros dessas novas práticas político-econômicas.

Entre as novas ações do Estado neoliberal, assinala Harvey:

tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir os direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado do mercado. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário, pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas (Harvey, 2008, p. 12).

“Deng viu a riqueza e a influência do Japão, de Taiwan, de Hong Kong, de Cingapura e da Coreia do Sul em ascensão e procurou mobilizar o *socialismo de mercado* em vez do planejamento central para proteger e promover o interesse do Estado chinês” (Harvey, 2008, p. 12). Referindo-se ao programa das *quatro modernizações* de Deng Xiaoping para a agricultura, a indústria, a educação e a ciência e a defesa nacional, Harvey (2008) aponta que a abertura chinesa para as forças do mercado, drenou o excedente de capital tanto da Ásia, nos casos de Hong Kong, Taiwan, Japão, como do ocidente, sobretudo dos Estados Unidos após a crise de 1973, alterando internamente sua economia, colocando ao lado de princípios igualitaristas as iniciativas individuais e a competição entre empresas, construindo a China contemporânea como “um tipo específico de economia de mercado que incorporou crescentemente elementos neoliberais entrelaçados com o controle centralizado autoritário” (Harvey, 2008, p. 132).

Mais do que um fim em si mesmo, a abertura internacional da China, amparada na centralidade do poder político do Partido Comunista Chinês (PCC), buscava, por um lado, reunir recursos financeiros e operacionalizar uma atualização das bases produtivas, das inovações tecnológicas, da apropriação da força de trabalho e da administração política e, por outro, recriar as capacidades da China para se defender “melhor de agressões externas e

projetar seu poder externamente em sua esfera geopolítica imediata de interesse num Leste e num Sudeste asiáticos em rápido desenvolvimento” (Harvey, 2008, p. 133). No entanto, busca-se refazer as barreiras possíveis para “evitar a formação de todo e qualquer bloco de poder de classe capitalista”, isto é, busca-se manter “fora das fronteiras do país o poder da propriedade por uma classe capitalista” (Harvey, 2008, p. 132-134), garantindo o poder do Estado e do PCC na operacionalização da economia de mercado chinesa.

Mesmo sob uma rigorosa supervisão do PCC referente às forças do comércio e dos investimentos externos diretos (IEDs) e suas transformações internas na China, assinala Harvey (2008) que “o mercado pouco pode fazer para transformar uma economia sem uma mudança paralela nas relações de classes, na propriedade privada e em todos os arranjos institucionais que costumam estar na base de uma economia capitalista florescente” (p. 132). Assim, o que a China conseguiu realizar, com essa economia de mercado supervisionada pelo Estado, foi um tipo peculiar de neoliberalismo que se afasta das “privatizações instantâneas” propostas pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e pelo Consenso de Washington dos anos de 1990, e se aproxima do caminho singular das “privatizações com características chinesas”, isto é, marcado por seletivos processos de acumulação primitiva, como a liberalização dos meios de produção - rurais, urbanos e litorâneos -, mesmo que de forma gradual.

Em termos de transformações internas neoliberalizantes, as propostas das reformas de Deng de 1978, para Harvey (2008), metamorfosearam as Empresas de Propriedade do Estado (EPEs), as quais “dominavam os setores-chaves da economia”, ofereciam “segurança do emprego aos trabalhadores” e “ampla gama de benefícios sociais e aposentadorias” (p. 136). Estas empresas rurais, casadas com mais “uma variedade de empresas estatais locais sob o controle de governos distritais, municipais e provinciais”, eram as peças-chaves tanto para o controle do Estado sobre a economia como para as proteções à reprodução dos camponeses por ser instituições que asseguravam empregos, concessão de crédito pelos bancos estatais, previdências, garantia de acesso à saúde, educação e alimentação nos tradicionais espaços rurais, formas autônomas de sobrevivências ligadas aos meios de produção e instituições públicas.

Em importante passagem, Harvey resume as mudanças que foram ocorrendo nas EPEs e em outros setores estatais a partir da abertura de 1978:

criou-se uma economia de mercado mais aberta ao redor dessas empresas, mediante a dissolução das comunas agrícolas em favor de um “sistema de responsabilidade social” individualizado. Criaram-se empresas de cidades e vilas (ECVs) com os ativos que as comunas detinham, e estas se transformaram em centros de empreendimento, de práticas de mercado flexíveis e de competição aberta de mercado. Permitiu-se o surgimento de todo um setor privado, inicialmente apenas na produção de pequena escala, no comércio e nos serviços, estabelecendo-se limites (...) Por fim, o capital externo começou a entrar, capital cujos movimentos ganharam ímpeto a partir de 1990. No começo limitado a parcerias com investidores domésticos e a algumas regiões, esse capital acabou por chegar a todos os recantos do país, ainda que de modo desigual. O

sistema bancário estatal expandiu-se na década de 1980 e substituiu gradualmente o Estado central como fonte de linhas de créditos às EPEs, às ECVs e ao setor privado – segmentos que não evoluíam independentemente uns dos outros. As EPEs tiraram seus primeiros recursos do setor agrário e forneceram mercado para produtos das ECVs, ou forneciam estas últimas insumos intermediários. O capital externo se integrou com o passar do tempo às ECVs e EPEs, e o setor privado progrediu muito tanto diretamente (na forma de proprietário) como indiretamente (na forma de acionistas). Quando se tornavam menos lucrativas, as EPEs recebiam dos bancos crédito a baixo custo. À medida que o setor de mercado avançava em termos de força e importância, *toda a economia rumou para uma estrutura neoliberal* (Harvey, 2008, p. 136-137).

Um conjunto de consequências consideradas neoliberalizantes foram registradas, assim, após 1978: i) a decomposição das comunas, no final da década de 1980, após o seu início ter sido concedido ao sistemas de responsabilidade individual; ii) os governos tomaram posse dos ativos das comunas, criando uma poupança local e experimentos da reforma com o capital estrangeiro entre 1978 e 1995; iii) após crescimento da produtividade rural, as rendas rurais congelaram depois de 1984 frente às rendas urbanas; iv) direitos coletivos foram privatizados, como escola, assistência médica, etc; v) deslocaram-se em massa mais de 114 milhões de migrantes rurais até 1995, muitos sem direito de residência urbana, para as cidades; vi) as ECVs se transformaram em áreas testes para produzir bens de exportação, orientando a China para uma industrialização para exportações; vii) exploração da juventude rural nas ECVs, sobretudo mulheres, distantes de qualquer regulação, proteção e estabilidade; etc (Harvey, 2008, p. 140).

Em paralelo aos processos de acumulação primitiva, o programa político e econômico do PCC, baseado na atração de IEDs, teve como grande projeto industrial, durante a década de 1980, a criação de *Zonas Econômicas Especiais* (ZEEs), concebidas em Guangzhou - Shenzhen, Zhuai, Shantou; em Fujian – Xiamen; no Mar do Sul da China – ilha de Hainan; e, em especial, Pudong, em Xangai. A abertura de cidades e de portos litorâneos e, igualmente, dos principais Deltas (Changjiang e Zhujiang) e das Penínsulas (Xandong e Liaodong), marcou o início desse projeto de acumulação expandida de capital. Na década de 1990, a abertura de cidades de fronteiras e capitais das províncias no interior, junto à implantação de 15 “zonas livres de direitos aduaneiros, 32 zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico e 53 zonas de desenvolvimento industrial de altas e novas tecnologias”<sup>7</sup>, completaram a primeira configuração baseada em IEDs no território chinês (Harvey, 2011).

Um conjunto de IEDs, vindos, de início, de dois terços de Hong Kong, do outro lado da fronteira no Sul da China, buscava por força de trabalho barata (ZEE de Guangzhou); e de Taiwan que, concentrados em Xangai (ZEE de Pudong), buscara emular esse milagre da multiplicação de capitais, eram de “chineses que haviam se instalado no exterior” que retornavam para esses polos costeiros implantando indústrias de baixo valor agregado, como têxteis,

---

<sup>7</sup> POMAR, Wladimir. *A revolução chinesa*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 148.

brinquedos e plásticos, com intensa exploração da força de trabalho<sup>8</sup>. “O que atraiu os capitalistas de Hong Kong foram as recém-criadas ECVs nas áreas rurais; o capital de Hong Kong forneceu o maquinário, os insumos e o marketing, enquanto as ECVs faziam o trabalho” (Harvey, 2008, p. 148). Harvey descreve que a mudança para a China, no final da década de 1990, permitia aos capitalistas de Hong Kong pagar 30 centavos de dólar por salário-hora quando se pagaria 2,75 na Coreia do Sul e 5 dólares nos Estados Unidos (Harvey, 2008, p. 149).

A década de 1990 é marcada também pelos IEDs de corporações japonesas, sul-coreanas, norte-americanas, entre outras, que desenvolveram a produção de eletros e eletrônicos, na transição para o século XXI, a produção de automóveis, televisores, lavadoras, investimentos em supermercados, estradas e habitações. No entanto, para Harvey, a tônica é a mesma: superexploração da força de trabalho realizada em troca de baixos salários criam vantagens e maiores retornos para os investidores diretos e metamorfoseia a China de um país desigual e isolado internacionalmente, com baixa participação na recepção de IEDs e baseado na produção primária, em um país que, entre 1978 e início do século XXI, se configura como o grande centro da produção manufatureira, marcando, além das transformações no âmbito interno, uma nova projeção de poder econômico e político no cenário internacional (Harvey, 1998; Assis, 2023)<sup>9</sup>.

O comércio exterior respondia por apenas 7% do PIB da China em 1978, mas no começo dos anos 1990 disparou para 40% e desde então não saiu desse nível. A participação da China no comércio mundial quadruplicou nesse mesmo período. Por volta de 2002, mais de 40% do PIB do país vinha de investimentos externo direto (e a produção equivalia a metade). Na época, a China tornou-se o maior destino de investimento externo direto do mundo em desenvolvimento, e empresas estrangeiras estavam explorando o mercado chinês com lucro. A General Motors, que teve prejuízo com sua parceria fracassada no começo dos anos 1990, voltou ao mercado no final da década e em 2003 apresentou mais lucros em seu empreendimento na China do que suas operações em território norte-americano (Harvey, 2008, p. 146).

O *boom* industrial que produzia um empilhamento de capital, acompanhava também as transformações das EPEs grandes e médias em “empresas por ações”, juntamente, com sua queda na participação dos empregos na manufatura, de 40%, em 1990, para 14%, em 2002, nessas empresas, revelando o processo de “privatização/concessão” e, em sequência, da abertura das ECVs e das EPEs para a “propriedade estrangeira plena”. A abertura das ECVs, a partir de 1995, representava também um conjunto de falências do setor manufatureiro na crise de 1997-1998, desdobrando na vasta onda de desemprego e de excedentes de força de trabalho rural, sendo absorvidos pelo Estado chinês em complexos projetos de urbanização (mais de

---

<sup>8</sup> “China, absorbing surpluses in the form of foreign direct investments from Japan, Korea and Taiwan, is rapidly supplanting those countries in many lines of production and export (particularly of the lower value-added and labour intensive sort, but it is quickly moving up to the higher value-added commodities as well)” (HARVEY, 2004, p. 68).

<sup>9</sup> “A China domina efetivamente toda a parte leste e sudeste da Ásia como *hegemon* regional com enorme influência global, e não está afastada sua iniciativa de reafirmar suas tradições imperiais na região e além dela” (HARVEY, 2008, p. 151).

“quarenta e duas cidades passaram da marca de 1 milhão de habitantes desde 1992”) e infraestruturação do território (rodovias, metrô, trem-bala, obras portuárias, aeroportos, etc)<sup>10</sup>.

Since 1998, the Chinese have kept their economy growing and sought to absorb their labour surpluses (and curb the threat of social unrest) by debt-financed investment in huge mega-projects that dwarf the already huge Three Gorges Dam (8,500 miles of new railroads, superhighways and urbanization projects, massive engineering works to divert water from the Yangtze to Yellow Rivers, new airports, etc.) (Harvey, 2004, p. 65).

Dito de outra forma, os bancos e outras instituições financeiras vão se apropriar dessa enorme massa de trabalhadores rurais para produzir cidades planejadas, condomínios, mansões, habitações, arranha-céus, hotéis, escritórios, entre outros. Na compreensão de Harvey (2008), uma capacidade excessiva de capitais ligados à urbanização já era sinalizada desde o final da década de 1990 e dos primeiros anos do novo milênio. E, sob as paisagens das novas cidades, estradas, aeroportos, pontes, viadutos, monumentos, estavam a multiplicação dos capitais e a expansão dos bancos, uma amostra da força financeira e do sistema bancário estatal no desenvolvimento da economia de mercado da China. Entre 1993 e 2002, a explosão do número de agências (de 60.785 para 143.796), de empregados (de 973.355 para 1.893.957) e de depósitos (de 427,3 bilhões de yuans para 2,3 trilhões de yuans) representava como os bancos estatais cobriam as despesas e falências no âmbito das construções<sup>11</sup>.

Como a China tem “imensos excedentes de mão-de-obra, o país só pode conseguir estabilidade social e política absorvendo ou reprimindo violentamente esses excedentes” (Harvey, 2008, p. 152). No início do século XXI, Harvey cita a existência de algo próximo de 15.000 projeto de rodovias, somando 162.000 km, sendo projetado esse conjunto de obras para modernizar a China e absorver esse excedente de força de trabalho. O excesso de construções, como antecipava Harvey, anunciava um perigo futuro referente a uma “grave crise de sobreacumulação de capital fixo”, isto é, cidades fantasmas, infraestruturas sem usos, trens sem usos, excesso de imóveis e habitações fechadas, etc. E mesmo que o Estado chinês apontasse que vinha regulando os controles de capital e da taxa de câmbio, sua dependência das exportações para o ocidente, sobretudo, os Estados Unidos poderiam ser interrompida com os prenúncios que rondavam de uma grande crise financeira global (Harvey, 2008; Assis, 2020).

No entanto, algumas dessas urbanizações e infraestruturação serviram para a China concentrar seus investimentos de modernização da educação e da ciência vinculadas ao desenvolvimento chinês e, nesse sentido, atrair as corporações estrangeiras que tivessem interesse em transferir tecnologia e suas

---

<sup>10</sup> “A rápida urbanização proporciona uma maneira de absorver os imensos exércitos de reserva de mão de obra que convergiam para as cidades vindos das regiões rurais. Donguan, cidade bem próxima do norte de Hong Kong, por exemplo, sofreu uma explosão populacional passando de uma cidadezinha a um centro urbano de 7 milhões de habitantes em 20 anos” (HARVEY, 2008, p. 143).

<sup>11</sup> “Em 2003, por exemplo, a China anunciou uma complexa transferência de 45 bilhões de suas reservas de divisas a dois grandes bancos estatais, na ‘terceira operação de resgate do sistema bancário em menos de seis anos’”. (HARVEY, 2008, p. 145).

atividades de pesquisas, como fora feito pela Microsoft, Oracle, Motorola, Siemens, IBM, BP, General Motors, entre outras (Harvey, 2011).

Durante a década de 1990, a China começou a subir a escada do valor adicionado da produção e a competir com a Coreia do Sul, o Japão, Taiwan, a Malásia e Cingapura em esferas com produtos eletrônicos e máquinas operatrizes (...) No início o influxo vinha principalmente de Taiwan, acredita-se que [em 2003] 1 milhão de empreendedores e engenheiros taiwaneses vivem e trabalham na China (...) O influxo sul-coreano também tem sido vigoroso. Em setembro de 2003, por exemplo, a Samsung Eletronics anunciou a transferência de toda a sua produção de PCs para a China, tendo investido no país 2,5 bilhões de dólares, 'criando dez subsidiárias de vendas e 26 unidades de produção, empregando um total de 42 mil pessoas'. A transferência da produção japonesa para a China contribuiu para o declínio do emprego da manufatura japonesa de 15,7 milhões em 1992 para 13,1 milhões em 2001. E as empresas japonesas também começaram a sair da Malásia, da Tailândia e outros lugares a fim de ir para a China (Harvey, 2008, p. 150).

Os excedentes de capital domésticos sob o domínio do PCC e das dezenas de empresas estatais, após mais dos primeiros vinte anos de transferências tecnológicas e exploração da força de trabalho a baixos custos, também permitiram ampliar indústrias chinesas de alto valor agregado, consolidando empresas da China com essa natureza. Estas empresas estatais e com financiamento estatal de cientistas chinesas, como a *Lenovo*, por exemplo, moveram-se de montadoras e distribuidoras para produtoras de computadores, passando a rivalizar com as corporações internacionais, na última década do século XX, pelo mercado interno e, na primeira década do novo milênio, no mercado mundial. A *Lenovo* "se acha agora [2005] engajada em implacável competição com grandes fabricantes da área e assumiu recentemente a linha de computadores pessoais da IBM [International Business Machines] a fim de obter melhor acesso ao mercado global" (Harvey, 2008, p. 157).

Em outra passagem, Harvey (2008) assinala os investimentos na Huawei, corporação chinesa projetada no setor de equipamentos de comunicação:

Há um setor chinês de alta tecnologia que hoje decolou em algumas regiões. Em Shenzhen, por exemplo, 'com dezenas de esbeltos prédios de concreto e vidro que não estariam deslocados do Vale do Silício, o *campus* em expansão abriga muitos dos 10 mil engenheiros que trabalham para transformar a Huawei na primeira corporação internacional da China no negócio de equipamentos de comunicação'. A partir do final da década de 1990, a Huawei investiu pesado no estabelecimento de circuitos de vendas na Ásia, no Oriente Médio e na Rússia; ela vende hoje produtos em quarenta países, muitas vezes a preços três vezes menores do que os das rivais (Harvey, 2008, p. 146)

Diferente de uma leitura da modernização da China realizada sob interesses nacionais, Harvey (2008) elabora uma contundente crítica à

desigualdade social promovida pelo projeto chinês entre a classe trabalhadora (proletários, desempregados, camponeses, migrantes, improdutivos urbanos, etc) e um conjunto de dirigentes, gerentes e administradores membros do PCC, muitos deles enriquecidos pela apropriação dos bens comuns, bem como de representantes das corporações estrangeiras e empresários chineses, problematizando o “neoliberalismo com características chinesas” como um projeto que restaurou o poder de uma classe capitalista na China (Harvey, 1998, 2004). A venda de um sedã Maybach, de 900.000 mil dólares para um empresário chinês do ramo imobiliário, em 2004, além da China se tornar o maior mercado de Mercedes-Benz na mesma época, apresentava um país que concentrava renda em algumas famílias, sobretudo nas cidades, enquanto milhões de trabalhadores viviam na extrema pobreza (Harvey, 2008).

Medidas formais de desigualdade social, como o coeficiente de Gini, confirmam que a China passou de uma das sociedades mais pobres e mais igualitárias à desigualdade crônica em apenas vinte anos. O hiato entre rendas urbanas e rurais (ossificado pelo sistema de permissão de residência) foi aumentando com bastante rapidez. Enquanto abastados residentes urbanos desfilam em BMWs, têm sorte os agricultores que comem carne uma vez por semana. Mais enfática tem sido a crescente desigualdade no interior dos setores urbano e rural. As desigualdades regionais também sofreram um aumento, com umas poucas cidades da zona litorânea sul se destacando enquanto no interior e o “cinturão da ferrugem” na região norte ou não conseguiram decolar ou afundaram quase por completo (Harvey, 2008, p.154-155).

Mesmo problematizando que “aumentos da desigualdade social constituem um indicador incerto da restauração do poder de classe” (p. 156), Harvey (2008) argumenta que entre 1978 e 2002, houve um processo maciço de proletarização na China, saltando de 120 milhões para 350 milhões de assalariados, sendo 100 milhões dos trabalhadores de empresas não-estatais. Além de estarem, os trabalhadores de empresas públicas, sob a mesma legislação que os classificam como assalariados ou ameaçados de perder seus empregos frente às grandes ondas de demissões nas EPEs<sup>12</sup>, também estão incluídos entre parte dos trabalhadores que foram extintos da cobertura de bem-estar social, como a aposentadoria. “Na medida em que o neoliberalismo exige uma força de trabalho ampla, facilmente explorável e relativamente impotente, a China sem dúvida se qualifica como economia neoliberal, embora com *características chinesas*” (Harvey, 2008, p. 156).

No outro “extremo da pirâmide”, a acumulação de riqueza por um punhado de famílias, da abertura até o início do século XXI, tem ocorrido sob uma combinação entre “corrupção, artifícios clandestinos e apropriação direta de direitos e ativos que foram um dia propriedade comum” (Harvey, 2008, p. 156). Um “novo grupo de magnatas” chineses foi constituído com o processo de transferência das empresas para os governos locais e a reestruturação das empresas estatais como “sociedades anônimas por ações”. Agentes locais, como os gerentes, membros dos partidos e funcionários públicos, receberam

---

<sup>12</sup> “Entre 1998 e 2002, 27 milhões de trabalhadores foram dispensados das EPEs, cujo número caiu de 262 mil para 159 mil” (HARVEY, 2008, p. 156)

parcelas importantes das ações, aumentaram seus salários em até “cem vezes”, compraram as ações de outros trabalhadores, arruinando patrimônio público e abrindo espaço para novas privatizações, sendo salvos ainda pelo Estado, o qual pagou aos bancos os créditos não quitados pelas empresas estatais (Harvey, 2008).

Quando o governo se apossa de 45 bilhões de dólares ganhos à custa de trabalhadores altamente explorados e salva bancos, cobrindo seus créditos de difícil recebimento, ele pode muito bem-estar distribuindo riqueza das classes baixas para as altas em vez de corrigindo os efeitos dos investimentos ruins. Administradores inescrupulosos podem obter o controle de empresas recém-privatizadas e de seus ativos com demasiada facilidade, usando-os para seu enriquecimento pessoal (HARVEY, 2008, p. 157).

As consequências entre os dois extremos da pirâmide têm sido relevantes na abertura do novo milênio. De um lado, protestos de trabalhadores chineses e migrantes explorados, que recebem baixos salários ou não recebem seus salários, ameaçados de desemprego, expropriações de terras ou destituídos de pensões e aposentadorias, cobram do PCC a fidelidade contra os capitalistas estrangeiros, empresas privadas e governos locais (Harvey, 2004, 2005). Do outro, essas reivindicações trabalhistas e morais foram recebidas, não raramente, com repressão e unidade entre PCC e empresas públicas e privadas, aceitando a “ampla proletarização da força de trabalho chinesa”, a “imposição de mensalidades e taxas de uso” para educação e saúde, “a criação de regime de trabalho flexível e a privatização que antes eram propriedade comum” (Harvey, 2008, p. 162). Enfim, o domínio político da lógica capitalista parece apontar frente as “grandes concentrações de riqueza nos estratos sociais mais altos” (Harvey, 2008, p. 162)<sup>13</sup>.

Não se pode descartar que as “massas” busquem a restauração de sua forma específica de poder de classe, porque o Partido está hoje alinhado contra elas e claramente pronto a usar seu monopólio da violência para sufocar a dissensão, expulsar os camponeses da terra, suprimir as crescentes demandas não só de democratização como de algum grau de justiça distributiva. Podemos concluir que a China tomou inequivocadamente o rumo da neoliberalização e da restauração do poder de classe, ainda que “com características peculiarmente chinesas”. Contudo, o autoritarismo, o apelo ao nacionalismo e a retomada de certas pressões de cunho imperialistas sugerem que a China pode estar caminhando, ainda que de uma direção bem distinta, para uma confluência com a maré neoconservadora que hoje percorre com vigor os Estados Unidos (Harvey, 2008, p. 163).

---

<sup>13</sup> Em passagem anterior, Harvey (2008) assinala: “o país conseguiu construir uma forma de economia manipulada pelo Estado que produziu um espetacular crescimento econômico (que se aproxima de uma média de 10% ao ano) e padrões de vida em ascensão para uma ponderável parcela de sua população durante mais de vinte anos. Não obstante, as reformas também levaram à degradação ambiental, à desigualdade social e no final a algo que parece desconfortavelmente semelhante a restauração do poder de classe capitalista” (HARVEY, 2008, p. 132).

## A CHINA APÓS A CRISE DO CAPITALISMO DE 2008

A crise do capitalismo de 2008, tornou-se um evento central para novas interpretações de Harvey sobre a China, tanto por expressar mais sinais do declínio da hegemonia dos Estados Unidos como pela capacidade de recuperação da China baseada no controle dos excedentes de capital pelo PCC. Entre os dez anos que separaram o início da depressão e as principais estratégias utilizadas pela China para a saída da crise, Harvey analisa como a economia chinesa só conseguiu tomar novos rumos domésticos e mundiais por se distinguir fortemente das receitas neoliberais e, assim, toda e qualquer política de austeridade proposta pelos Estados-Finanças ocidentais. Em verdade, a manutenção e o fortalecimento de empresas estatais em setores chaves e, igualmente, o controle dos superávits comerciais pelos bancos estatais, tornaram as ações do PCC menos preocupadas com a lucratividade para se recuperar do *crash* de 2008.

A China realmente resistiu à equalização da taxa de lucro e, de fato, na China, a taxa de lucro realmente não importa tanto quanto a massa, porque você está trabalhando com empresas estatais, e, as empresas estatais têm uma estrutura diferente delas e estão menos preocupadas com a lucratividade porque eles sempre podem ser sustentados pelos bancos estatais. *Agora descobrimos que a situação chinesa é muito, muito diferente do resto do mundo.* Eles têm um nível de proteção de sua própria economia que não existe em nenhum outro lugar porque, embora a China tenha entrado na Organização Mundial do Comércio foi dado um período de tolerância para se adaptar (Harvey, 2021 – grifo nosso).

A capacidade do Estado chinês de concentrar riquezas públicas em seus bancos, capazes de serem compartilhadas e direcionadas para se resolver problemas coletivos do “povo chinês”, direciona Harvey a demonstrar como parte dos crescentes superávits comerciais baseados, anteriormente, na indústria de trabalho intensivo, extraídos sobretudo das trocas comerciais da China com o ocidente, em especial, os Estados Unidos, estavam dispostos para se resolver as consequências da quebra do mercado de consumo ocidental como da paralisação do mercado doméstico chinês. Além disso, essa grande capacidade do Estado chinês de se autofinanciar, ou seja, de financiar as empresas estatais bem como seus consumidores, também foi lido como essencial para se pensar em projetos que combatessem diretamente o desemprego, o subemprego e os descontentamentos sociais apresentados com a *crise global*.

A crise do capitalismo de 2008 apresentava, para a China, a necessidade de uma reestruturação da sua própria economia e, nessa ocasião, a existência de excedentes de capital sob o domínio estatal permitiria realizar os planos e reajustes sem ser pela via da intervenção direta estrangeira das instituições ocidentais:

Agora acontece que circunstâncias da crise de 2007-2008, que quebrou o mercado consumidor dos Estados Unidos, também quebrou o mercado consumidor da China. E então a China experimentou e passou por esse enorme reajuste durante essa

época, mas o acesso ao mercado consumidor dos EUA nunca se recuperou, em outras palavras, as indústrias de exportação que representavam (...) 20% ou 30% do PIB chinês antes de 2007-2008, foram reduzidas pela metade durante a crise, e nunca se recuperou os níveis anteriores à depressão. Então, a China é cada vez menos dependente do mercado consumidor dos EUA. E a grande questão é onde a China foi encontrar seu mercado alternativo? (Harvey, 2021b)

Mesmo diante de várias indústrias de exportações que entravam em falências, frente ao mercado consumidor que se estancava com a recessão mundial, a possibilidade de domínio dos excedentes das finanças por parte do Estado, permitia a China utilizar de empréstimos em seus próprios bancos estatais, em sua própria moeda, ou melhor, emprestar dinheiro estatal para empresas estatais, a fim de expandir projetos ligados à expansão de infraestruturas físicas e sociais e ao aumento do poder de consumo do seu mercado interno. Dessa forma, Harvey descreve como “sem precedentes na história” a recuperação de 27 milhões de empregos, em apenas dois anos após o *crash global* de 2009, dos 30 milhões de empregos perdidos na China entre 2007 e 2008, estando essa recuperação baseada, sobretudo, na urbanização generalizada e no desenvolvimento de infraestruturas (Harvey, 2018, 2021c).

A recuperação de empregos, perdidos na indústria de bens de consumo, fez a China produzir, para Harvey, uma “urbanização sem alma” e, muitas vezes, sem nada acontecer nas cidades além de uma monumentalidade gigantesca. Os investimentos produtivos em *capital fixo*, construindo cidades e infraestruturas, ou seja, todo um sistema técnico que participasse diretamente da economia chinesa, foi a forma encontrada para absorver o mais-valor e a capacidade produtiva excedente a partir da construção de habitações, hotéis, aeroportos, restaurantes, teatros, estádios de futebol, rodovias e ferrovias, com gastos imensos com importações de matérias-primas e com intensas destruições ambientais, “eles tinham zero milhas de ferrovias de alta velocidade em 2008, quando chegamos a 2014, elas tinham cerca de 15 mil (...) Tudo isto requer muitos materiais, por isso a China cresceu em termos de investimento em infraestruturas”. (Harvey, 2020, p. 65)<sup>14</sup>.

Apenas para se ter um panorama, cabe assinalar que esse processo de ampliação das infraestruturas, não apenas expandiu o sistema financeiro chinês, como ascendeu alguns bancos chineses entre os dez maiores do mundo. A partir de 2011 o primeiro banco chinês entra no top 10, em 10º lugar. A partir de 2013 passam a ser 3 bancos entre os 10 maiores do mundo, ocupando o *Industrial & Commercial Bank of China* o 1º lugar da lista e os outros dois a 4º e 9º posição. Entre os 10 maiores bancos de 2015, aparecem 5 bancos chineses, tendo já os três maiores do mundo: 1º) *Industrial & Commercial Bank of China*; 2º) *China Construction Bank*; 3º) *Agricultural Bank of China*. A partir de 2021 o que se consolida é a permanência dos 4 bancos chineses no top 4 da lista de bancos disponibilizada pela *Fortune Global 500*<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> "They had zero miles of high-speed rail in 2008, by the time you get to 2014 they had around 15,000, maybe now they have around 20,000 miles of high-speed rail. All of this takes a lot of materials, so China boomed in terms of its infrastructure investment" (Harvey, 2020, p. 65).

<sup>15</sup> "The four largest banks in the world are now Chinese. You go from a situation in 1978 when the Chinese banks don't exist to a situation where they have the four largest banks in the world – the fifth largest bank is a Japanese bank and the sixth largest bank in the world is J.P. Morgan". (Harvey, 2020, p. 67).

Figura 1. Bancos Globais (2023)

Rank	Nome da empresa	Origem	Receita (\$M)	Ativos(\$M)	Setor
1°	Industrial & Commercial Bank of China	China	\$214,766.3	\$5,742,860.4	Bancos: Comerciais e de poupança
2°	China Construction Bank	China	\$202,753.4	\$5,016,806.4	Bancos: Comerciais e de poupança
3°	Agricultural Bank of China	China	\$187,061.1	\$4,919,029.9	Bancos: Comerciais e de poupança
4°	Bank of China	China	\$156,923.5	\$4,192,115.2	Bancos: Comerciais e de poupança
5°	JPMorgan Chase	EUA	\$154,792	\$3,665,743	Bancos Comerciais
6°	Bank of America	EUA	\$115,053	\$3,051,375	Bancos Comerciais
7°	Citigroup	EUA	\$101,078	\$2,416,676	Bancos Comerciais
8°	Banco Santander	Espanha	\$99,231.3	\$1,850,881.2	Megabancos
9°	BNP Paribas	França	\$89,563.6	\$2,845,023.2	Bancos: Comerciais e de poupança
10	HSBC Holdings	U.K.	\$87,807	\$2,966,530	Megabancos

Fonte: Fortune Global 500 (2023)

Em seu livro *A loucura da razão econômica*, Harvey (2018) assinala como os investimentos em urbanização e infraestruturas, mapeados a partir do consumo de cimento pela China, após a crise de 2008, representava um pouco desse “toque de loucura” ou uma “loucura em ação” sobre as formas operacionalizadas para mitigar a depressão pelo Estado-finança chinês:

Considere o seguinte fato, espantoso, porém demasiadamente concreto. Entre 1900 e 1999, os Estados Unidos consumiram 4,5 milhões de toneladas de cimento. Entre 2011 e 2013, a China consumiu 6,5 milhões de toneladas de cimento. Em dois anos, os chineses consumiram quase 45% mais cimento do que os Estados Unidos ao longo de todo o século anterior. Quem mora nos Estados Unidos já viu muito cimento sendo usado ao longo de sua vida. Mas o que ocorreu na China é extraordinário. O aumento registrado na escala de despejamento de cimento não possui precedentes. E suscita questões preocupantes. Quais serão as suas consequências ambientais, políticas e sociais? (...) O cimento é usado na construção civil. Isso aponta para um investimento maciço na criação de meios ambientes

construídos, urbanização na construção de outras infraestruturas físicas (sistemas de transportes, barragens, terminais de contêineres e aeroportos) (Harvey, 2018, p. 175-176).

E continua, tratando da entrada da China na indústria pesada, referindo-se a produção e o consumo de aço e, logo, a crescente importação de minérios de ferros e outros recursos naturais pelos chineses:

Não é apenas cimento que é utilizado. Houve também um enorme aumento na produção e no uso de aço. Nos últimos anos, mais da metade da produção e do consumo mundial de aço se deu na China. E preciso muito minério de ferro para fabricar essa quantidade de aço. Ele vem de regiões tão distantes como o Brasil e a Austrália. Outros materiais, como cobre, areia e minerais de todo tipo, foram consumidos em taxas completamente inauditas. Nos últimos anos, a China consumiu pelo menos metade (e, em alguns casos, 60% ou 70%) dos principais recursos minerais do mundo (...) Da Índia à América Latina, passando pela Austrália, montanhas inteiras estão sendo removidas na procura de minério, prática que vem gerando todo tipo de consequências políticas, econômicas e ambientais deletérias (...) Todos os países que exportam insumos básicos para a China saíram rapidamente da recessão de 2007-2008: Austrália, Chile, Brasil e Zâmbia, assim como Alemanha, que exportava equipamento de alta tecnologia para os chineses (Harvey, 2018, p. 178-179).

Nesse sentido, Harvey demonstra como a política chinesa de combate à crise de 2008, baseada na “enorme expansão de investimento urbano e infraestrutural na China” (Harvey, 2018, p. 178-179), ao abrir novas ramificações no mercado mundial de commodities, também atuou como uma política anticrise nas periferias do capitalismo. E, bem mais que isso, para Harvey (2018, 2021a) “foi o crescimento constante do consumo produtivo na China”, após a crise de 2008, “um dos motivos para que o combalido capitalismo global sobrevivesse” (Harvey, 2018, p. 179). Assim, a crise do capitalismo de 2008, apresentava um mundo que, em geral, não era somente a China que dependia do consumo das suas exportações industriais e da sua absorção dos investimentos estrangeiros, mesmo que isso não deixasse de ser verdade, mas como os excedentes da China passavam a ser determinante para o capitalismo global (Assis, 2021)<sup>16</sup>.

Além dos montantes investidos em urbanização e infraestrutura, bem como da capacidade produtiva da indústria pesada de aço, Harvey desdobra como a crise do capitalismo de 2008 acelerou a entrada dos investimentos dos excedentes chineses no processo de disputa da fronteira tecnológica, isto é, como a depressão global acelerou os investimentos públicos e privados que orientasse a China a “passar de formas de produção intensivas em mão de obra para formas de produção intensivas de capital por meio de tecnologia” (Harvey, 2021b). Para isso, um “modo chinês” de produzir alta tecnologia foi pensado, baseado na atração e na criação de espaço para empresas intensas em capital

---

<sup>16</sup> “Latin America experienced the crisis, but not as badly as you would have thought in normal circumstances. Countries like Chile were sending copper like crazy to China, the rest of Latin America was sending soybeans and minerals. That is what I mean by China saving the global economy in 2007–08”. (Harvey, 2020, p. 66).

em grandes centros urbanos, como Pequim, a partir da ideia de "muitos empresários, cientistas e engenheiros chineses [que] tiveram formação nos Estados Unidos. Muitos deles trabalharam para a Apple e o Google e em empresas de informática, como a Microsoft". (Harvey, 2020 p. 68)<sup>17</sup>.

Alguns empresários com experiência no Vale do Silício propuseram ao governo da cidade de Pequim a criação de um espaço na cidade para inovação de alta tecnologia e a construção de incubadoras para novas empresas de produtos eletrônicos e de alta tecnologia. Os governos locais podem facilmente abrir espaço, uma vez que todas as terras são propriedade do Estado. Pequim, em apenas seis meses, despejou todos de uma determinada área da cidade e criou um espaço chamado "a avenida dos empresários". Criaram uma nova organização para facilitar o arranque de espaços de incubadora e instalaram todas as instalações de apoio necessárias. Eles reuniram todos os serviços que você pode precisar. Pequim estava tendo problemas com aluguéis muito altos de espaços. Então o governo convidou as startups sem pagar aluguel. Imagine isso em Nova York ou Londres" (...) Esta iniciativa teve grande sucesso. Tornou-se um espaço empresarial extremamente competitivo, caracterizado pelo que chamam de "cultura imitadora" (...) Neste espaço específico em Pequim, as empresas começaram a desenvolver todos os tipos de novos sistemas telefônicos, novas estruturas para utilizá-los. Você passaria pelas diferentes fases de inovação, difusão e implementação em um espaço de tempo muito curto. (Harvey, 2020, p. 69-70)<sup>18</sup>.

Harvey descreve, a partir de um anúncio da Apple, em janeiro de 2019, como as quedas nas vendas dos computadores dessa corporação na China, além de revelar o impacto das denúncias de Donald Trump sobre as tarifas, ou mesmo, da estagnação do mercado de consumo chinês, também dizia respeito a produção a baixo custo de iphones, computadores e similares "por empresas chinesas com nomes como Huawei, Xiaomi, Oppo, Vivo – empresas das quais ninguém nunca tinha ouvido falar fora da China" até 2010 (Harvey, 2020 p. 60), e que ganhavam espaço, como a tomada de 40% do mercado doméstico chinês de telefone celulares, impulsionadas por se tornar a China uma economia que não tinha mais dinheiro em papel como forma de moeda para compra e venda.

Uma das coisas que os chineses fizeram foi começar a adquirir empresas de tecnologia na América do Norte, na Europa e usam

---

<sup>17</sup> "A lot of Chinese entrepreneurs, scientists, and engineers had training in the United States. Many of them had worked for Apple and Google and in the computer companies, like Microsoft". (Harvey, 2020 p. 68).

<sup>18</sup> "A couple of entrepreneurs who had experience of Silicon Valley proposed to the City government of Beijing to create a space in the city for hi-tech innovation, and to build incubators for new electronics and hi-tech companies. Local governments can easily clear a space since all the land is state property. Beijing in just six months evicted everybody from a particular area in the city and created a space called "the avenue of the entrepreneurs." They created a new organization to facilitate the start-up of incubator spaces, and they put in all necessary support facilities. They brought together all the services you might need. Beijing was having problems of very high rents on spaces. So the government invited the start-ups rent-free. Imagine that in New York or London" (...) This initiative was highly successful. It became an entrepreneurial space which was extremely competitive, characterized by what they call "a copy-cat culture." (...) This was an extremely dynamic situation. In this particular space in Beijing, companies started to develop all kinds of new phone systems, new structures for utilizing them. You would go through the different phases of innovation, diffusion, implementation in a very short space of time". (Harvey, 2020, p. 69-70).

aquisição dessas empresas de tecnologia para transferir direitos de propriedade para a China. E, claro, a China tinha essas regras sobre investidores estrangeiros quando entravam em seu território, só podiam entrar se fizessem parcerias com as empresas chinesas e partilhassem suas tecnologias. Então, não há dúvida de que a China tem se apropriado do conhecimento tecnológico do ocidente, ao mesmo tempo, em que desenvolve suas próprias capacidades para desenvolver seu próprio conhecimento tecnológico (Harvey, 2021b).

E, em outra passagem, acrescenta:

[A China] ainda é uma economia industrial de baixo salário muito importante, mas desde 2010, de fato, mudou-se para esta área (alta tecnologia) e no intervalo de cerca de oito anos, posicionou-se para ser uma grande concorrente. Então, *se você pegar as dez maiores empresas de alta tecnologia no mundo, quatro delas agora são chinesas e esse não era o caso em 2011*. Então este é o modelo chinês em movimento, apoiado em fortes intervenções do governo, mas também é altamente descentralizado (...) em uma maneira de espírito empreendedor, da cultura empreendedora que se tornou absolutamente central para o que se pode chamar de capitalismo quase gladiador que está emergindo no contexto chinês (Harvey, 2021).

Os investimentos da China na indústria de alta tecnologia, para Harvey, busca, por um lado, responder estrategicamente a desigualdade regional baseada no apoio à transferência de tecnologias dos Estados Unidos para o Leste e o Sudeste asiático, como o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, que acabou por construir *um arco de nações* industrializadas que cercam a China e a impediam, inicialmente, a expansão da influência do comunismo chinês e, após a abertura da China, ao seu processo de transição rápida para uma indústria de capital intensivo. Por outro, buscam driblar o bloqueio atual dos Estados Unidos ao acesso de transferências de tecnologia para a China, ao produzir barreiras e políticas de contenção sobre as altas tecnologias no contexto da China em que os salários aumentam, a população envelhece, o excedente da força de trabalho diminui e as ebulições da classe trabalhadora entram em latência (Harvey, 2021b).

Então aqui temos uma situação em que os Estados Unidos, geopoliticamente, estão tentando impedir que a China avance em direção a modos de produção tecnológica e intensivos em capital. E, ao fazê-lo, está invocando direitos de propriedade intelectual, como sendo uma das grandes questões que é absolutamente crítica para a estrutura da Organização Mundial do Comércio (OMC) (Harvey, 2021b).

A proposta de encurralamento da China na fronteira tecnológica, por meio da defesa dos direitos de propriedade intelectual pelos Estados Unidos, nada mais é que “uma forma de apropriação dos bens globais, das estruturas de conhecimento que a humanidade tem disponível para si, transformadas em mercadorias que são controladas, basicamente, pelos Estados Unidos” (Harvey, 2021b), utilizada para *suprimir e reprimir o desenvolvimento das capacidades*

*tecnológicas em outras partes do mundo.* Dizendo em outras palavras, a pretensão da *monopolização do conhecimento* sobre as inovações tecnológicas pelos EUA, diante do contexto de rivalização com a China, pretende criar barreiras para que certas tecnologias, mesmo desenvolvidas em território chinês, não possam ser aplicadas livremente, criando freios no processo de expansão do setor da economia chinesa intensa em capital (Harvey, 2021b).

Para Harvey (2020), os conflitos entre Estados Unidos e a China envolvendo “o desenvolvimento da quinta geração de sistemas de comunicação – 5G”, sendo a empresa chinesa, Huawei, acusada de construir uma técnica que ouviria a conversa de todos os usuários, logo, tornando-se uma ameaça espiã à segurança nacional norte-americana, apresenta que a China, além de concorrente, tem se posicionado à frente, como líder, na disputa da fronteira tecnológica. E, sem sombra de dúvida, tem sido a defesa da inteligência artificial quem mais tem preocupado os norte-americanos, além claro, dos trabalhadores chineses já que, de forma contraditória, sua inserção maciça acaba por remover a força de trabalho do processo de produção. “É esta é, penso eu, a grande questão: o que vai acontecer com a mão-de-obra? A resposta a esta questão nos dirá até que ponto o Partido Comunista Chinês acredita verdadeiramente no socialismo”. (Harvey, 2020, p. 73)<sup>19</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos de David Harvey reunidos aqui, com a finalidade de reconstruir as interpretações que o geógrafo tem tecido sobre o fenômeno chinês, da sua abertura ao mercado mundial, em 1978, até os dias mais recentes após a crise de 2008, abrem duas interpretações que, mesmo complementares, se colidem no que se refere a tarefa de decifrar o enigma da China contemporânea. Assim, diferente do que se possa pensar, os textos apontam para divergências internas: de um lado, emerge uma China como derivação do neoliberalismo, isto é, a China como um reservatório de ativos que podem ser espoliados e explorados pelos excedentes de capitais regionais e internacionais liberados após a crise do petróleo de 1973, por outro, revela-se uma China com excedentes financeiros, capazes de guiar a si e o capitalismo global.

Na primeira perspectiva, Harvey interpreta o processo de abertura da China, após 1978, marcada por fortes processos de acumulação por desapossamento (privatização de bens comuns, expropriação da força de trabalho rural, desemprego rural, mercantilização da saúde, educação, previdência, etc.) e da proletarização de populações rurais, urbanas e de migrantes (por empresas públicas e privadas chinesas, corporações estrangeiras, na construção e nos serviços urbanos baseados em baixos salários). Aflora uma economia manipulada por um bloco de poder que domina o Estado e, com seus bancos, salva empresas em situação de risco, descrevendo uma China da revolução chinesa que se decompõe, nascendo uma outra China, como uma variante neoliberal, que restaura o poder de uma classe dominante interna.

Na segunda perspectiva, revela-se uma China que impressiona Harvey pela forma acelerada como a China aproveitou as oportunidades da abertura do

---

<sup>19</sup> “This is I think the big, big question: what is going to happen to labor? The answer to that question will tell us the degree to which the Chinese Communist Party truly believes in socialism” (Harvey, 2020, p. 73).

mercado e, sob o PCC, utilizou dos investimentos estrangeiros e da criação de riqueza para aumentar o poder nacional da China, marcado pelo poder das empresas nacionais e dos bancos estatais. A capacidade de intervenção do governo na economia, quer na orientação das empresas para atuar em todo o território nacional em obras de infraestruturas, bem como na disponibilidade de crédito para ampliar o mercado interno, faz Harvey enxergar uma China totalmente distinta de uma “derivação neoliberal”, marcadas na mesma época pela política da austeridade e de salvamento dos bancos pelos cofres públicos, deixando sem casa e emprego os trabalhadores ocidentais.

Essa colisão parece fazer Harvey, de fato, se aproximar da China e seus interesses nacionais, marcada pela capacidade institucional de se criar uma “competição gladiadora” entre as empresas públicas e privadas, atraindo mais investimentos externos diretos, investimentos em urbanização e infraestruturas, além de uma transição rápida para a fronteira tecnológica sob profundo domínio do PCC. No entanto, Harvey desconfia e problematiza como será a construção de uma China “plenamente socialista”, projeto posto internamente, pelo PCC, como um horizonte que estará consolidado em 2050. Mas interpreta que o PCC, com receio em perder a legitimidade e a representatividade perante os trabalhadores, demonstrou que a China, em momentos de emergências, pensará medidas menos a favor da lucratividade e mais na direção da resolução de problemas nacionais a partir da partilha da riqueza.

## REFERÊNCIAS

Assis, Raimundo Jucier Sousa de. A perspectiva da geopolítica do capitalismo para David Harvey. **Conexão Política**. V. 9, n. 1, p. 67 – 88, Teresina, jan./jun. 2020.

Assis, Raimundo Jucier Sousa de. China, Brasil e Piauí: nova regionalização no “cerrado piauiense” em face da dinâmica da geopolítica contemporânea (2008 – 2019), **Confin**. V. 50, São Paulo/Paris, p. 1-20, 2021.

Assis, Raimundo Jucier Sousa de. Teorizando a China contemporânea: as divergências entre David Harvey e Giovanni Arrighi na abertura do século XXI. In Conceição, Alexandrina Luz; Carlos, Ana Fani Alessandri; Sousa Neto, Manoel Fernandes de; Del Gaudio, Rogata Soares. **Marx, a Geografia e a Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023, p. 299.326.

Botelho, Maurílio Lima; Barreira, Marcos. “Capitalismo asiático” e crise global. **Margem Esquerda**. V. 37, São Paulo, Boitempo, set. 2021, p. 59-69.

Espindola, Giovana Mira de; Assis, Raimundo Jucier Sousa de. *Spatial fix*: como as crises do capitalismo agravam a crise climática. **Revista Equador (UFPI)**, Vol. 12, nº 2, p. 324-341, 2023.

Harvey, David. The geography of class power. **Socialist Register**, Londres, p. 49-74, 1998.

Harvey, David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Harvey, David. The 'new' imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register – The new imperial challenge**. Londres, p. 63-87, 2004.

Harvey, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Harvey, David. **O Novo Imperialismo**. 5. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

Harvey, David. **A Loucura da Razão Econômica**: Marx e o capital no século XXI. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

Harvey, David. **The Anti-Capitalist Chronicles**. Londres: Pluto Press, 2020.

Harvey, David. **Anti-Capitalist Chronicles: China's Economist Rise - Parte 1**. Intérprete: David Harvey. YouTube: Democracy At Work, 2021. Disponível em: [https://youtu.be/lzZ2N6stTE4?si=oVr\\_QBPy5L1HTkLj](https://youtu.be/lzZ2N6stTE4?si=oVr_QBPy5L1HTkLj). Acesso em: 7 jun. 2023.

Harvey, David. **Anti-Capitalist Chronicles: China's Economist Rise - Parte 2**. Intérprete: David Harvey. YouTube: Democracy At Work, 2021b. Disponível em: <https://youtu.be/3CEkvjzDtz4?si=amQ43KtmiVygxhO->. Acesso em: 7 jun. 2023.

Harvey, David. Anti-Capitalist Chronicles: **The Urbanization of China**. Intérprete: David Harvey. YouTube: Democracy at work, 2021c. Disponível em: [https://youtu.be/3BckN5\\_Coek?si=0xvzEkAmKN6u-Ykr](https://youtu.be/3BckN5_Coek?si=0xvzEkAmKN6u-Ykr). Acesso em: 6 dez. 2023.

Jabbour, Elias; Gabriele, Alberto. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

Musse, Ricardo (Org). **China Contemporânea**: seis interpretações. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Pomar, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003, p. 148.

## AGRADECIMENTOS

Cabe aqui deixar registrado meu afetuoso agradecimento para com todas e todos que fazem parte como docentes, pós-graduandos e graduandos do projeto de pesquisa “A expansão geográfica da região produtiva de soja, no sudoeste do Piauí, impulsionada pela geopolítica chinesa (2008 - 2025)”, vinculado ao CNPq. E, nesta ocasião, em especial, ao graduando em Geografia Jandir Oliveira Alves Júnior que, na atuação como bolsista de Iniciação Científica (CNPq/UFPI), levantou parte dos debates que David Harvey travou nas redes sociais sobre a China.